Direita chilena mostra unidade e lança Evelyn Matthei como candidata governista

26/07/2013



Do Opera Mundi

Depois de seis dias em que todos os rancores internos da coalizão governista vieram à tona, eis que um nome conseguiu reunir o consenso necessário para que a direita chilena tenha uma candidatura única nas eleições presidenciais do próximo dia 17 de novembro. Trata-se de Evelyn Matthei, ex-ministra do Trabalho do governo de Sebastián Piñera.

Em sua primeira declaração como candidata oficialista, Matthei afirmou que “pretende defender o projeto de direita popular impulsado pelo atual governo e, com essa força, vencer a Michelle Bachelet nestas eleições”.

A escolha de Matthei acontece depois de uma semana tensa entre os partidos da direita. No dia 17/07, o ex-ministro de Economia Pablo Longueira, que venceu as primárias governistas no dia 30/06, abandonou sua candidatura, alegando sofrer um quadro de depressão profunda.

A desistência de Longueira provocou uma intensa disputa pelo posto de candidato único da direita entre os dois partidos da coalizão governista: a UDI (União Democrata Independente), de Longueira e Matthei, e a RN (Renovação Nacional), do presidente Piñera. Porém, a falta de um presidenciável comum acabou expondo uma série de desavenças surgidas entre os dois partidos governistas após a vitória de Longueira nas primárias.

A UDI não aceitou a nomeação de Andrés Allamand, do RN, que seria o candidato natural para aquela situação, já que foi o segundo colocado nas primárias governistas, pelo fato de que este não teria aceitado a derrota na ocasião.

Pensando em alcançar o consenso dentro do governismo, a direção da UDI lançou o nome de Evelyn Matthei, que já foi militante da RN e formou parte do gabinete do atual governo. No domingo (21/07), pouco depois de ser sugerida como candidata, Matthei foi elogiada por Piñera, que se referiu a ela como “o melhor nome para defender o projeto político da nova direita democrática chilena”.

Depois de dois dias de debates internos, e após a recusa de Andrés Allamand de competir com Matthei em um conclave interno para escolha do candidato único, a executiva do RN aceitou apoiar o nome de Matthei, que passou, assim, a ser a primeira mulher a encabeçar uma candidatura presidencial da direita chilena.

Relação entre as famílias Matthei e Bachelet

A entrada de Evelyn Matthei na corrida eleitoral coloca em evidência um processo judicial em que ambas as famílias estão diretamente envolvidas. As duas presidenciáveis nasceram em famílias de altos oficiais da Força Aérea Chilena. Michelle é filha do general Alberto Bachelet, morto em março de 1974, por um infarto provocado pelas torturas recebidas. Por sua vez, Evelyn é filha do general Fernando Matthei, que foi membro da Junta Militar de Governo entre 1978 e 1990, além de ministro da Saúde da ditadura de Pinochet, no ano de 1976.

Em 1974, quando ainda era coronel da Força Aérea Chilena, Fernando Matthei era diretor da Academia de Guerra Aérea, em cujo edifício estavam detidos os militares que tentaram resistir ao golpe de estado, acusados de “traição à pátria”. Um deles era Alberto Bachelet, que faleceu nas dependências do insituto administrado por Matthei.

Antes do golpe, porém, havia um laço de amizade entre as famílias Bachelet e Matthei, forte o suficiente para que a antropóloga Ángela Jeria, viúva de Alberto Bachelet e mãe de Michelle, testemunhasse no processo que investiga a morte do marido, afirmando não acreditar na participação de Matthei na sua morte. Em junho de 2012, o juiz Mario Carroza (o mesmo que investigou a morte de Salvador Allende e que hoje também comanda a investigação sobre a morte de Pablo Neruda) condenou os oficiais Ramón Cáceres e Cevallos Jones pelo crime de tortura seguida de morte, contra o general Alberto Bachelet.

O processo, porém, ainda não está concluído. A reportagem de Opera Mundi contactou o juiz Carroza, que afirmou somente que nesta segunda fase das investigações, já em andamento, será investigada a possível participação de Matthei na morte de Bachelet, direta ou indireta, mas que “ainda não há indícios suficientes para se comprovar nada, apenas a presunção de que ele deveria saber o que sucedia dentro do estabelecimento que ele administrava, mas que é uma conjectura insuficiente para determinar sua culpa no caso”.

Compartilhe nas redes: